

LÍNGUA PORTUGUESA**10 (questões)**

As questões de 1 a 5 dizem respeito ao **TEXTO 1**.
Leia-o atentamente antes de respondê-las.

(TEXTO 1)**Lições do Japão e da Holanda sobre o envelhecimento**

- 1 Na sua última edição, a revista “The Economist” mais uma vez se debruça – a publicação faz isso regularmente – sobre a forma como o Japão vem lidando com o progressivo envelhecimento de sua
- 5 população. Como em algumas décadas o Brasil terá perfil semelhante ao da nação asiática, vale refletir sobre o que está sendo posto em prática lá. Na cidade de Toyama, que tem pouco mais de 400 mil habitantes, o centro de cuidados preventivos
- 10 oferece aos idosos academia de ginástica, piscina, reabilitação e massagem. Um médico, fica de prontidão para o caso de um dos frequentadores cometer excessos. Do total, cerca de 120 mil habitantes têm mais de 65 anos e esse percentual
- 15 continua crescendo enquanto a população vai diminuindo. Com menos gente em idade produtiva e arrecadação de impostos, a prefeitura decidiu “encolher” a cidade, concentrando seus moradores e serviços. Para estimular que os mais velhos
- 20 saiam de casa, houve investimento no sistema de trens, que não têm degraus e são mais amigáveis. Além disso, há subsídios para a construção e compra de casas num raio de até 500 metros das estações. Trata-se de um círculo virtuoso: idosos
- 25 mais ativos precisam de menos cuidados e não sobrecarregam o sistema público de saúde.

G1 – Disponível em:
<https://g1.globo.com/bemestar/blog/longevidade-modo-de-usar/post/licoes-do-japao-e-da-holanda-sobre-o-envelhecimento.ghtml> (Fragmento adaptado) – Acesso em: 17 jan. 2018.

01. “Com menos gente em idade produtiva e arrecadação de impostos, a prefeitura decidiu ‘encolher’ a cidade, concentrando seus moradores e serviços.” (linhas 16 a 19). Assinale o tempo e o modo verbal nos quais se encontra o verbo destacado:

- a) Presente do Indicativo.
- b) Presente do Subjuntivo.
- c) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo.
- d) Pretérito Perfeito do Indicativo.
- e) Futuro do Presente do Indicativo.

02. Assinale a alternativa em que a palavra retirada do Texto 1 é acentuada pela seguinte razão: *Assinalam-se as palavras paroxítonas terminadas em ditongo, seguidas ou não de “s”.*

- a) “última” (linha 1)
- b) “terá” (linha 6)

- c) “prontidão” (linha 12)
- d) “subsídios” (linha 22)
- e) “círculo” (linha 24)

03. No Texto 1, há erro gramatical relacionado à pontuação. Para que ele seja corrigido, é necessário efetuar a seguinte alteração:

- a) Acréscimo de vírgula imediatamente após a expressão “décadas” (linha 5).
- b) Substituição da vírgula presente imediatamente após “asiática” (linha 6) por travessão.
- c) Supressão da vírgula presente imediatamente após “médico” (linha 11).
- d) Supressão da vírgula presente imediatamente após “Além disso” (linha 22).
- e) Acréscimo de vírgula imediatamente após o termo “construção” (linha 22).

04. Analise a oração abaixo retirada do Texto 1 e assinale a alternativa na qual a conversão para a voz passiva foi efetuada de maneira correta:

“... o Brasil terá perfil semelhante ao da nação asiática, (...)” (linhas 5 e 6)

- a) Um perfil semelhante ao da nação asiática irá ter o Brasil.
- b) Semelhante ao da nação asiática será o perfil do Brasil.
- c) Um perfil semelhante ao da nação asiática será tido pelo Brasil.
- d) O Brasil terá tido um perfil semelhante ao da nação asiática.
- e) Não é possível a conversão para a voz passiva.

05. “Do total, cerca de 120 mil habitantes têm mais de 65 anos e esse percentual continua crescendo enquanto a população vai diminuindo.” (linhas 13 a 16). Acerca da concordância do trecho destacado, assinale a regra correta.

- a) Quando o sujeito é formado por expressões que indicam quantidade aproximada seguidas de um numeral, o verbo concordará com este numeral que acompanha as expressões.
- b) Quando o sujeito é formado por expressões que indicam quantidade aproximada seguidas de um numeral como, por exemplo, a expressão “Mais de um”, o verbo deverá ficar no singular.
- c) Quando o sujeito é um “pronomes de tratamento”, o verbo concordará obrigatoriamente na terceira pessoa.
- d) Quando o sujeito é formado por numerais percentuais ou fracionários seguidos de uma especificação, o verbo poderá concordar tanto com o numeral quanto com a expressão especificativa.
- e) Quando o sujeito é formado por expressões partitivas o verbo poderá concordar, no singular, com o núcleo dessas expressões ou com o termo da expressão explicativa ou especificativa que as acompanha.

06. Analise a frase abaixo. Podemos afirmar que nele há um erro gramatical de:

“As quarenta árvores plantadas foram muito para quem só dispõe de dois hectares de terras inférteis.”

- a) Concordância Verbal.
- b) Concordância Nominal.
- c) Regência Nominal.
- d) Pontuação.
- e) Acentuação.

07. Acerca da regência verbal do verbo “haver”, analise as afirmativas.

I- O verbo “HAVER” no sentido de “existir, acontecer, ocorrer, realizar-se” é transitivo direto. Não possui sujeito, devendo ficar na terceira pessoa do singular;

II- O verbo HAVER no sentido de “passar-se, ter decorrido (tempo)”, é um verbo transitivo direto. Nesta acepção ele também é impessoal, ou seja, não possui sujeito e deve, por convenção, ficar na terceira pessoa do singular;

III- O verbo HAVER-SE (Pronominal) no sentido de “DEPARAR-SE, LIDAR, TRATAR” é transitivo direto, não exigindo preposição.

Dos itens acima:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

08. Analise o trecho e assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna:

O Manual de Redação Oficial da Presidência da República menciona em seu item 2.1.3 o emprego dos pronomes de tratamento: *“O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é _____, seguido do cargo respectivo.”*

- a) Vossa Excelência.
- b) Excelentíssimo Senhor.
- c) Senhor.
- d) Vossa Senhoria.
- e) Vossa Soberania.

09. O Manual de Redação Oficial da Presidência da República menciona em seu item 1.4 que *“A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial, [...]. Pode-se definir como claro aquele texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor. No entanto a clareza não é algo que se atinja por si só: ela depende estritamente das demais características da redação oficial. Para ela concorrem”*.

I- A impessoalidade, que evita a duplicidade de interpretações que poderia decorrer de um tratamento personalista dado ao texto;

II- O uso do padrão culto de linguagem, em princípio, de entendimento geral e por definição avesso a vocábulos de circulação restrita, como a gíria e o jargão;

III- A formalidade e a padronização, que possibilitam a imprescindível uniformidade dos textos;

IV- A concisão, que faz desaparecer do texto os excessos linguísticos que nada lhe acrescentam.

Dos itens acima:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item III está correto.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

10. Existem casos especificados pela gramática nos quais a crase tem-se como obrigatória. Dentre as alternativas abaixo, é considerada obrigatória a crase apenas em:

- a) Quando ele chegou à Itália, ligou para sua namorada.
- b) Ele desistiu de viajar devido à sua doença.
- c) Ninguém ofendeu às vossas irmãs.
- d) Emocionado, ele se comoveu às lágrimas.
- e) À Fernanda deixo minha gratidão por tudo que ela fez.

ESPECÍFICAS

20 (questões)

11. Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) São inelegíveis, em todo o território nacional, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, dos Chefes do Poder Executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.
- b) A soberania popular será exercida, além do sufrágio universal e do voto direto e secreto, pelo plebiscito e referendo, independentemente de lei infraconstitucional.
- c) Os analfabetos funcionais desfrutam da facultatividade quanto ao alistamento eleitoral e o voto.
- d) Todo inalistável é inelegível, no entanto, nem todo inelegível é inalistável.
- e) Para concorrerem a outros cargos, os Chefes do Poder Executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até a data prevista para a posse.

12. Em relação às Disposições Gerais e às Coligações estabelecidas na Lei nº 9.504/97 - Lei das Eleições, é correto afirmar que:

- a) Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação e havendo necessidade de segundo turno, caso permaneça em segundo lugar mais de um candidato com a mesma votação, qualificar-se-á o mais antigo.
- b) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais idoso.
- c) Poderá participar das eleições o partido que, até seis meses antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, conforme o disposto em lei, e tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto.
- d) A denominação da coligação poderá coincidir, incluir ou fazer referência a nome ou número de candidato, bem como conter pedido de voto para partido político.
- e) Na propaganda para eleição proporcional, a coligação usará, obrigatoriamente, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram; na propaganda para eleição majoritária, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.
13. Em relação à Propaganda Eleitoral prevista na Lei nº 9.504/97 - Lei das Eleições, é correto afirmar que:
- a) Ao postulante a candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, na quinzena anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, através do uso de rádio, televisão e outdoor.
- b) Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
- c) É facultada a transmissão ao vivo por emissoras de rádio e de televisão das prévias partidárias, bem como a cobertura dos meios de comunicação social.
- d) Não é permitida a veiculação de material de propaganda eleitoral apenas em bens públicos, admitindo-se em bens particulares, desde que de adesivo plástico em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais.
- e) Nas dependências do Poder Legislativo, é vedado a veiculação de propaganda eleitoral.
14. A propaganda eleitoral na internet, de acordo com disposições da Lei nº 9.504/97, poderá ser realizada nas seguintes formas, exceto:
- a) Em sítio do candidato, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- b) Em sítio do partido ou da coligação, com endereço eletrônico comunicado à Justiça Eleitoral e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- c) Por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.
- d) Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações.
- e) Por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por qualquer pessoa jurídica, mediante impulsionamento de conteúdos.
15. Em relação às Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais prevista na Lei nº 9.504/97 - Lei das Eleições, é incorreto afirmar que:
- a) Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.
- b) O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.
- c) No prazo de dez dias úteis da realização do pleito, em primeiro turno, ou segundo, se houver, o órgão competente de controle interno procederá, ex officio, à cobrança dos valores devidos com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral.
- d) A falta do ressarcimento, no prazo estipulado, implicará a comunicação do fato ao Ministério Público Eleitoral, pelo órgão de controle interno.
- e) Recebida a denúncia do órgão de controle interno, a Justiça Eleitoral apreciará o feito no prazo de trinta dias, aplicando aos infratores pena de multa correspondente ao dobro das despesas, triplicada a cada reiteração de conduta.
16. A respeito da Filiação Partidária prevista na Lei nº 9.096/95 - Lei dos Partidos Políticos, o cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos seguintes casos, exceto:
- a) Filiação a outro partido, de forma automática.
- b) Perda dos direitos políticos.
- c) Expulsão.
- d) Morte.
- e) Outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão.
17. Considerando os direitos políticos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que:
- a) O militar que tiver mais de dez anos de serviço é alistável, desde que se afaste da atividade.
- b) Outras hipóteses de inelegibilidade absoluta podem ser estabelecidas em lei complementar.
- c) A suspensão dos direitos políticos se dará no caso de incapacidade civil absoluta.

- d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a justiça federal no prazo de sessenta dias após a posse.
- e) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano da data de sua publicação.
18. No tocante à Organização do Estado conforme estabelecido na Constituição Federal, é correto afirmar que:
- a) É vedado aos entes federativos manter dependência ou aliança com cultos religiosos ou igrejas, ainda que exista interesse público.
- b) Compete aos municípios legislar de forma suplementar, na defesa de interesse local, aplicação de multa para aqueles que causarem prejuízos ao meio ambiente.
- c) Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, permissão ou autorização, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei complementar.
- d) Compete privativamente à União legislar sobre os direitos e deveres individuais e coletivos.
- e) Cabe à União legislar sobre a incorporação de municípios, dentro do período determinado por lei federal.
19. Em consideração aos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na Constituição Federal, é correto afirmar que:
- a) Para impetrar mandado de segurança coletivo as associações necessitam de autorização especial dos associados, tendo em vista se tratar de substituição processual.
- b) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos reconhecidamente pobres.
- c) São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil do casamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) A moralidade administrativa é hipótese para que qualquer cidadão possa propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo desta natureza.
20. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta acerca dos Tribunais e Juízes Eleitorais:
- a) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo apenas as que contrariarem a Constituição Federal.
- b) Lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.
- c) Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais caberá recurso quando ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- d) O Tribunal Superior Eleitoral é composto por dois juízes escolhidos por nomeação do Presidente da República dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
21. Assinale a alternativa que indica princípios aplicáveis no direito administrativo:
- a) Sancionabilidade, precaução, intranscendência subjetiva, subsidiariedade.
- b) Anualidade, modicidade, sociabilidade, operabilidade.
- c) Disponibilidade do interesse público, ofensividade, especialidade, motivação.
- d) Intervenção mínima, insignificância, noventena, publicidade.
- e) Lesividade, adequação social, relatividade das convenções, monocrático.
22. De acordo com a Lei nº 8.666/93, considerando as garantias para os contratos administrativos, é correto afirmar que:
- a) Caberá à autoridade competente optar pela fiança bancária como uma das garantias do contrato.
- b) São cláusulas necessárias em todo contrato de obras, serviços e compras as que estabeleçam as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução.
- c) As hipóteses de garantia previstas na lei não poderá em nenhuma hipóteses exceder a cinco por cento do valor do contrato e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele.
- d) Nos casos de contratos que importem na entrega de bens pela Administração, dos quais o contratado ficará depositário, ao valor da garantia poderá ser acrescido de cinquenta por cento o valor desses bens.
- e) A modalidade de garantia com caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública devem ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
23. De acordo com a Lei nº 8.666/93, acerca da execução dos contratos administrativos, é incorreto afirmar que:
- a) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- b) O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou

- incorrekções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- c) O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- d) A Administração Pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato.
- e) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
24. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que é regida pela lei 10.520/02. Sobre o assunto, é correto afirmar que se pode utilizar a modalidade pregão para:
- a) Qualquer que seja o valor de contratação e objeto.
- b) Obras de engenharia.
- c) Locações imobiliárias.
- d) Alienações.
- e) Serviços de engenharia.
25. Conforme dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o contrato individual de trabalho é o acordo tácito ou expresso, correspondente à relação de emprego. Sobre o assunto, é correto afirmar que:
- a) É facultativo às sociedades cooperativas estabelecer vínculo empregatício entre ela e seus associados ou entre estes e os tomadores de serviços daquela.
- b) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.
- c) A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
- d) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho serão alterados em caso de falência, concordata ou dissolução da empresa.
- e) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, desde que de forma não contínua, afasta a qualidade de empregado prevista na CLT.
26. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho, observadas disposições constitucionais, têm prevalência sobre a lei quando dispuser sobre, exceto:
- a) Banco de horas anual.
- b) Intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas.
- c) Prorrogação de jornada em ambientes insalubres, com licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho.
- d) Plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado.
- e) Prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo.
27. Considerando a extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, nos termos da CLT, é correto afirmar que:
- a) É devido a integralidade do aviso prévio, se indenizado.
- b) É devido por metade verbas trabalhistas como o décimo terceiro salário.
- c) É devido a integralidade da indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- d) É permitida a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, depositado no curso do contrato de trabalho, limitada até oitenta por cento do valor dos depósitos.
- e) É autorizado o ingresso no Programa de Seguro-Desemprego.
28. A jurisdição, etimologicamente, significa a “ação de dizer o direito”. O Código de Processo Civil afirma que a jurisdição civil será exercida em todo o território nacional mediante a atuação de juizes de direito (artigo 16 do CPC/2015). O artigo em questão está se referindo ao:
- a) Princípio da investidura.
- b) Princípio da inelegibilidade.
- c) Princípio do juiz natural.
- d) Princípio da aderência da jurisdição ao território nacional.
- e) Princípio da inércia da jurisdição.
29. O processo é um conjunto de atos tendentes à realização da jurisdição. Quanto à forma os atos processuais devem seguir os seguintes preceitos:
- a) Em regra geral, os atos processuais dependem de forma determinada, uma vez que exigem a observância da forma especial, não sendo considerados válidos os atos realizados de outro modo, mesmo que atinjam a finalidade essencial do processo.
- b) Todos atos processuais devem correr em segredo de justiça, mesmo que digam respeito à interesses públicos e sociais, somente podendo ser acessados ou assistidos pelas pessoas nele envolvidos.
- c) Se o processo versar sobre direitos que admitam a autocomposição é lícito às partes plenamente capazes estipularem mudanças no procedimento a fim de ajustá-lo às especificidades da causa e a convencionar sobre seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais antes ou durante processo.
- d) Deve-se utilizar a língua portuguesa para a realização de todo e qualquer atos processuais,

exceto quando se tratar de documento redigido em língua estrangeira, que deve se orientar pelo seu país de origem.

- e) Ao juiz cabe fixar o calendário para a prática dos atos processuais que deverá ser seguido pelas partes. Esse calendário vincula as partes e o juiz, não dispensando a devida intimação de todos os envolvidos.

30. Assinale a alternativa incorreta. Suspende-se o processo:

- a) Pelo parto ou pela concessão de adoção de uma das partes.
- b) Pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- c) Pela admissão de incidente de resolução repetitivas.
- d) Quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.
- e) Por motivo de força maior.